

Lei nº 31

Faço saber que a Câmara Municipal  
decretou e eu, sameiono a seguinte lei:

Art 1º - Os lotes de terrenos urbanos sujeitos ao domínio pleno p Município situados no Distrito de Corquinho, neste Município e não reservados por disposições de Lei, poderão ser requeridos por qualquer pessoa que queira residir ou que resida dentro da Vila de Corquinho.

S.º - Os fereiros ficarão, obrigados a todas as leis Municipais vigente e que venham a vigorar sobre Faixa Pública ou embelezamento da Vila.

S.º - O aforamento será concedido mediante o pagamento da taxa de duzentos e trinta cruzeiros (cr\$ 230,00) se o lote for urbano e cento e noventa cruzados (190,00) se o lote for suburbano.

S.º - Pela medição e demarcação feita anteriormente e por fazer pagar o pretendente ao aforamento a taxa de Trinta cruzados (cr\$ 30,00) se o lote for urbano e cincuenta cruzados (cr\$ 50,00) se o lote for suburbano.

Art 2º - O fijo anual será de vinte cruzados (cr\$ 20,00) se o lote for urbano e trinta cruzados (cr\$ 30,00) se o lote for suburbano.

S.º - O pagamento do fijo anual não isenta de lotes o aforamento nem as beneficiárias - nela feita, dos impostos e taxas que, em virtude de Lei Municipal venham recair sobre os mesmos.

de acordo com as Leis Municipais vigente na ocasião da cobrança da laudêmia.

Art 4º - Os trabalhos de medição e demarcação de que trata § 3º do Artigo 1º serão feitos por um agrimensor ou engenheiro, designado pelo Prefeito e pago pelo cofre Municipal.

§ 1º - Os picadores e marcos que se tornarem necessários para a medição e demarcação de que trata § 3º do Artigo 1º serão fornecidos pelo pretendente ao aforamento.

§ 2º - O profissional designado deverá entregar ao Prefeito dentro do prazo de vinte dias (20 dias), após a publicação do despacho de sua designação e memorial descriptivo da medição e demarcação do lote e planta deste, sob pena de ficar sem efeito a designação.

§ 3º - Na falta de Agrimensor, ou Engenheiro que queira incumbir-se dos trabalhos de medição e demarcação dos lotes a serem aforados, guardar-se-a o disposto no Artigo 1º da Resolução nº 52, de 26 de Dezembro de 1914 procedendo-se anteriormente por um profissional designado pelo Prefeito, e pago pelo cofre Municipal, a revisão da medição e demarcação dos ditsos lotes.

§ 4º - O aforamento dos lotes já mediados e demarcados pela Prefeitura se fará independentemente de nova medição e demarcação cobrando-se entretanto a taxa que se refere a § 3º.

F. 5º - O aforamento de que trata o Artigo 1º será efetuado pelo Prefeito, preenchidas as formalidades seguintes:

1º - O aforamento será requerido ao Prefeito, devendo declarar o interessado, na sua petição, a situação e confrontação do lote.

2º - Protocolada a petição na Agência Municipal de Pernambuco, o Mr. Agente Fiscal Municipal, depois de alterada a petição informe:

a) se o lote se acha sob domínio pleno do Município;

b) se o lote está reservado por disposição de Lei;

c) se o lote está medindo e demarcado.

3º - Prestada a informação, sendo esta favorável ao aforamento, o Agente Municipal, notificará o requerente para recoller a Agência, dentro do prazo legal (três dias) após a manifestação metade da Taxa de concessão do aforamento e a taxa de medição e demarcação do lote.

4º - Feito o recolhimento e junto aos anexos a certidão de pagamento o Agente Municipal publicará a petição inicial e dentro dos prazos de trinta dias (30) após a fixação na Portaria da Agência poderá qualquer interessado, pagando a taxa de cr\$ 10,00 (dez cruzados) por contestação ao pedido de aforamento.

5º - Decorrido o prazo de trinta dias e não havendo nenhuma contestação ou julgada improcedente, pelo Prefeito a

6 - Determinado os trabalhos de medição e demarcação do lote, fará o Agente Municipal a notificação do requerente para recolher a Agencia, dentro do prazo de três dias, após a notificação a cobra metade da taxa de concessão de aforamento e os encargos de dez cruzados (cr\$ 10,00) do Título Provisional de aforamento.

7 - Feito o recolhimento e junto aos anteriores ao pagamento da segunda (2<sup>a</sup>) prestação permanecerá o Agente Municipal a Prefeitura de Aquidauana, o processo de origem, determinando o Prefeito, após a autorização legal, a expedição do Título Provisional do aforamento, o qual depois de registrado num livro próprio para remetido a Agencia de Lagoa, para que entregue ao requerente ficando este, entas, habilitado a tomar posse do lote, devendo a Prefeitura remeter também a Agencia Municipal, o processo de origem após a expedição do Título Provisional.

8 - Dentro de um ano, após a expedição do Título Provisional, deverá o interessado pedir o Título Definitivo de aforamento mediante petição ao Prefeito, acompanhada do Título Provisional e do talão de recolhimento a Agencia, dos encargos de cr\$ 40,00 (quarenta cruzados) do Título Definitivo.

9 - Depois de feita a juntada da petição aos anexos de origem do Título Provisional e certificado pela Agencia Municipal que o lote é aquele no qual o dito Título

esta edificado se for urbano ou efectivamente  
cultivado se for suburbano, remetra a Agencia  
de Arquidiácono, o processo determinado o Prefeito  
a expedição do Título Definitivo, o qual depois  
de registrado, em livro próprio pela secretaria,  
será remetido a Agencia de Corginho para  
ser entregue ao interessado sendo também  
permitido ao processo respetivo para ser arquivado  
na Agencia de Corginho.

§ Único - No caso de ser julgada precedente  
a contestação a que trata o nº 4 deste artigo  
serão desviadas ao requerente do aforamento as  
importâncias pelo mesmo recolhidas a Agencia

Art 6º - A indiferença por parte do requerente do  
aforamento do disposto no § 1º do artigo 4º e  
Número 3 do artigo 5º será punido com uma  
multa de trinta (CR\$ 30,00).

§ Único - A falta de pagamento das multas  
estabelecidas neste artigo e do cumprimento  
do disposto no § 1º do Artigo 4º e numeros  
3 e 6 do Artigo 5º dentro do prazo de  
trinta dias após a imposição da dita multa  
dará lugar ao equipamento mediante os des-  
pachos de Prefeito do pedido de aforamento  
e perda a favor da fazenda Municipal  
das quantias pagas pelo requerente.

Art 7º - Se dentro do prazo de um ano após  
a expedição do Título Provisorio de-  
aforamento, não se achar o lote requerido  
naquele Título edificado se for urbano ou  
litteralmente cultivado se for suburbano.

visorio expedido independentemente de qualquer procedimento judicial ou extra-judicial revertendo o lote e benfeitorias nele feitas ao domínio pleno do município, excluída qualquer indenização por parte deste.

§ Único O Prefeito determinará imediatamente Portaria, cancelamento do registro dos Títulos Pronissórios que se invalidarem em virtude do disposto no presente Artigo.

Art. 8º Ficam reservados para Praça Pública os lotes de terrenos compreendidos pelas Ruas conhecidas como Rua Corumba, Dr. Bonifácio e Dr. Rubens. Fica reservado para Cemitério Público, Municipal o lote de terreno, atualmente utilizado para esse fim e situado no prolongamento da Rua Dr. Rubens.

Art. 9º Fica o Prefeito Municipal a fazer de deação de terrenos para a a Igrejas, Cadeias Públicas e Policia

Art. 10º Ficam reservados os lotes predios rurais, Campo foramento Agrícola, Praça para Esporte diversos e terreno para Cooperativa Agrícola.

§ Único O Prefeito Municipal, determinará a demarcação dos lotes por este Artigo e localisará os mesmos,

Art. 11º Os pedidos de aforamento recebidos pela Prefeitura em 1.940 e 1941 e que já tinham pagos os taxas legais até paguem dentro de 90 dias, contados da data desse dia moderno sobre o Título Preliminar

case tenham preenchidos as exigências constantes do numero 9 do Artigo 5º.  
§ Único - O Agente Municipal deverá informar nos processos de aforamento, dos Parquinhos, recebidos em 1940 e 1941 se os informes preencheram as exigências constante do Artigo 5º nº na parte que se refere a construção de prédios quando se tratam de lotes urbanos ou cultura e feitos quando se tratam de lote suburbano.

Art 12º Esta Sessão entrará em vigor na data da sua Publicação, revogada as disposições em contrário:

Prefeitura Municipal de Aquidauana  
12 de Outubro de 1.948.

a) Delphino Alves Correa

Prefeito Municipal

